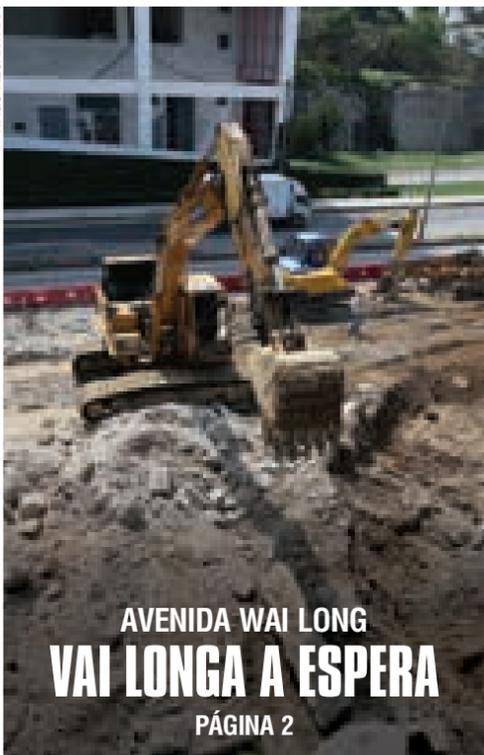


TIAGO ALCANTARA



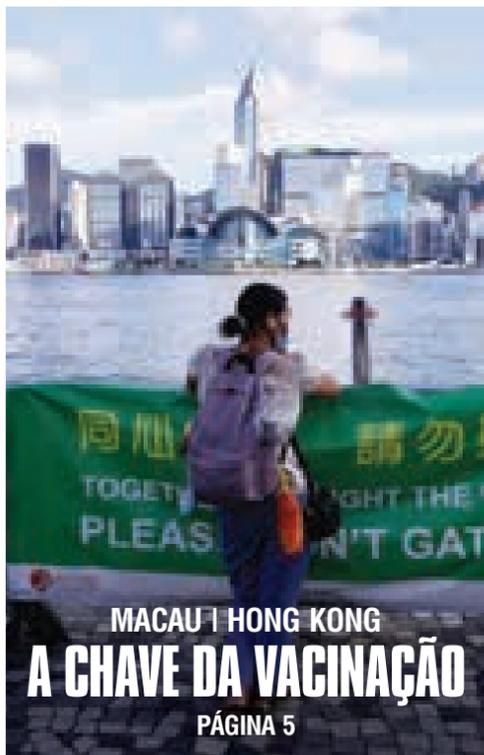
AVENIDA WAI LONG  
**VAI LONGA A ESPERA**  
PÁGINA 2

TIAGO ALCANTARA



DSAL  
**QUEIXAS DESCARTADAS**  
PÁGINA 4

PUB.



MACAU | HONG KONG  
**A CHAVE DA VACINAÇÃO**  
PÁGINA 5

Por si, pelos outros,  
vacine-se. Proteja-se da  
COVID-19

Marcação da Vacina



Leia o código QR ou insira o sítio  
electrónico

[https://eservice.ssm.gov.mo/  
covidvacbook](https://eservice.ssm.gov.mo/covidvacbook)

Centro de Coordenação de Contingência do  
Novo Tipo de Coronavírus



Nº 4910  
SEXTA-FEIRA 10-12-2021  
DIRECTOR CARLOS MORAIS JOSÉ

MOP\$10

# hoje macau

HOJE MACAU

www.hojemacau.com.mo facebook/hojemacau twitter/hojemacau



GARCIA PEREIRA, JURISTA

## Direito ao assunto

O especialista em direito laboral, olha com desconfiança para a proposta de lei sindical actualmente em consulta pública. “Não faz sentido nenhum que um diploma de lei sindical não tenha um capítulo dedicado ao direito à greve”, afirma Garcia Pereira.

ENTREVISTA

PUB.

齊運動 健體魄

Pratica Desporto, Reforça a Tua Saúde!  
Let's Exercise for Our Health!

www.sport.gov.mo  
☎ 2823 6363



TIAGO ALCANTARA



Au Kam San, ex-deputado “O planeamento actual da habitação económica já corresponde à procura, e desta vez foram menos os candidatos ao concurso. É provável que o Governo se foque na habitação para a classe sanduíche.”

**AVENIDA WAI LONG** GOVERNO RECUA NA CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO PÚBLICA

# Parados na encruzilhada

Há muito que o aproveitamento dos terrenos na avenida Wai Long para habitação pública é debatido por deputados e pela opinião pública, mas agora o Governo parece estar a recuar. Dois concursos públicos e um estudo de planeamento depois, dois ex-deputados e dois deputados pedem casas para a classe sanduíche

O Executivo foi prometendo, nos últimos anos, que os terrenos envolvidos no processo Ao Man Long seriam destinados a habitação pública, mas os ventos parecem ter mudado. O secretário para os Transportes e Obras Públicas, Raimundo do Rosário, disse recentemente no hemiciclo que o projecto de construção de habitação pública na avenida Wai Long estava suspenso, e um dos factores prendeu-se com o facto de haver poucos candidatos ao último concurso de casas económicas.

Depois do processo legal de reversão dos terrenos para a Administração, o Governo encomendou, em 2017, à AECOM Macau Companhia Limitada um estudo de implementação desse projecto habitacional. O estudo custou aos cofres públicos quase 16 milhões de patacas, segundo o despacho publicado em Boletim Oficial (BO).

O Executivo abriu, entretanto, dois novos concursos

públicos, um deles para a fase 1 de concepção e reordenamento dos taludes, concessionado ao consórcio Wang Tong - Companhia de Construção e Engenharia, Limitada. Segundo as informações disponíveis no website do Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas (GDI), este contrato chega ao fim em Março do próximo ano. Foi também aberto, em 2019, um concurso público para os trabalhos de terraplanagem, não existindo no GDI informações disponíveis sobre este processo.

O HM convidou deputados e ex-deputados a comentar a decisão do Executivo, que está a colocar o seu foco no projecto de habitação pública da zona A dos novos aterros. Au Kam San, ex-deputado, diz compreender a decisão das autoridades.

“O planeamento actual da habitação económica já corresponde à procura, e desta vez foram menos os candidatos ao concurso. É provável que o Governo se foque na habitação para

a classe sanduíche”, começou por dizer.

Para este responsável, é preciso avaliar quantas pessoas pertencem à chamada classe sanduíche, ou seja, quantos residentes não conseguem comprar uma casa no privado e estão fora dos critérios de acesso para uma habitação pública. Au Kam San pede também que seja feito um planeamento do número de casas a construir. Tudo para que “não se siga o que se tem feito na habitação económica, que é construir só quando existe pressão” na procura de casas.

Por sua vez, o deputado Leong Sun Iok disse ao Jornal do Cidadão que os terrenos da avenida Wai Long podem, de facto, albergar casas para a classe sanduíche, mas que a população tem receio de que este projecto possa levar a uma redução das fracções de habitação económica.

## Problemas ambientais

À mesma publicação, o deputado Ron Lam lembrou que construir

na avenida Wai Long acarreta sempre problemas de poluição sonora, devido à proximidade com o aeroporto. O deputado disse que, actualmente, Macau já não tem falta de terrenos para habitação, defendendo que há espaços melhores para construir casas.

Também o ex-deputado Sulu Sou, alerta para eventuais problemas de poluição sonora e chama a atenção para a necessidade de se apostar na oferta de casas para a classe sanduíche. “Esta deve ser a altura em que a reserva de terrenos é mais abundante. O Governo não deveria usar a ilusão [da existência] dos novos terrenos para reduzir a oferta de casas económicas, mas deveria fazer um bom uso de outros terrenos para construir este tipo de habitação e casas para a classe sanduíche, para responder às verdadeiras necessidades dos residentes” nesta matéria. ■ **Andreia Sofia Silva e Nunu Wu**

## ENSINO AFASTADO CENÁRIO DE INSTABILIDADE COM SAÍDA DE DOCENTES ESTRANGEIROS

VÁRIOS professores estrangeiros deixaram as escolas do território no último ano lectivo, mas o Governo afasta um cenário de instabilidade. A garantia foi dada ontem por Wong Ka Ki, chefe do departamento do ensino não superior da Direcção dos Serviços de Educação e Desenvolvimento da Juventude (DSEDJ). A saída de docentes constitui “uma situação um pouco apertada” mas “estável”. Segundo a TDM Rádio Macau, estas declarações foram proferidas após uma reunião conjunta do Conselho do Ensino Superior, do Conselho de Educação para o Ensino Não Superior e do Conselho da Juventude.

Wong Ka Ki disse ainda que a vinda de docentes estrangeiros para o território estará sempre dependente das orientações dos Serviços de Saúde de Macau, devido à pandemia. “Tentamos envidar esforços para ver se há estrangeiros na China para virem para Macau e para se inteirarem do ensino. Temos também outros arranjos sobre a alteração do conteúdo dos cursos, ou optar por um modelo de aulas online. Até à presente data, mesmo que a situação esteja um pouco apertada, continua a ser estável”, disse.

Além disso, o mesmo responsável adiantou os planos para a integração de cinco escolas em dez instituições de ensino já no próximo ano lectivo. “Vamos integrar as escolas oficiais em cinco escolas de ensino complementar, duas escolas primárias e uma creche. Vamos ainda ter uma escola só para o ensino especial que será instalada na península de Macau. Para algumas escolas públicas a sua localização mantém-se.” ■

## Porto Interior Governo continua sem estimativa de valores da comporta

O Governo ainda está a analisar os relatórios relativos à construção de uma comporta na zona do Porto Interior para travar inundações na zona, pelo que não tem ainda a previsão de orçamento para esse projecto. A informação consta numa resposta de Chan Pou Ha, responsável da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT) a uma interpeleção escrita do deputado Ho Ion Sang. “Estão concluídos os trabalhos de simulação digital em tempo real da comporta do Porto Interior. A entidade responsável pelo estudo irá proceder, de acordo com o relatório final, ao eventual complemento e revisão da prospecção geotécnica e análise temática da viabilidade da construção da comporta. Uma vez que a obra ainda se encontra na fase do estudo da sua viabilidade, não há, neste momento, uma estimativa concreta sobre o preço e o prazo [de conclusão]”, pode ler-se.



## Cartões de consumo Prazo de inscrição termina hoje

Chega hoje ao fim o prazo de inscrições online para o “Plano de benefícios de consumo por meio electrónico”. Os residentes que optem por receber os benefícios por “pagamento móvel”, desde que se inscrevam até hoje, serão depositados directamente na carteira móvel. No caso dos benefícios para menores ou terceiros, é necessário entregar documentação na instituição de pagamento escolhida pelo beneficiário até segunda-feira. No dia seguinte o apoio será depositado na conta do residente. Caso a opção seja o cartão de consumo, os residentes também têm de se inscrever até hoje, devendo carregar ou levantar o cartão até segunda-feira. Existem actualmente mais de 170 postos de carregamento dos cartões de consumo, em locais como a Direcção dos Serviços de Economia e Desenvolvimento Tecnológico, a Autoridade Monetária de Macau e centros de serviços do Instituto para os Assuntos Municipais. Os “benefícios de consumo por meio electrónico” podem ser usados até 31 de Dezembro.

## Diplomacia Vítor Sereno segue para o Japão

O ex-cônsul-geral de Portugal na RAEM, Vítor Sereno, vai liderar a representação diplomática de Portugal no Japão no início de 2022, de acordo com a TDM – Rádio Macau. Depois de cinco anos em Macau, o diplomata tomou conta da embaixada portuguesa no Senegal, desde 2018. Depois da reunião anual de diplomas, que se realiza normalmente em Janeiro, é esperado que Vítor Sereno assumira a posição em Tóquio a partir de Fevereiro.

## DSAT Concurso para gestão de quatro auto-silos em Janeiro

O Governo vai abrir um concurso público para a gestão de quatro parques de estacionamento, nomeadamente os auto-silos de Nam Van (Pak Wu), na Rua de João Lecaros, da ETAR e ainda o parque de automóveis pesados da Estrada Flor de Lótus. As propostas podem ser entregues até 7 de Janeiro pelas 17h na sede da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego. O acto público de abertura de propostas acontece a 10 de Janeiro.



## ERRO MÉDICO ALERTAS PARA POUCA TRANSPARÊNCIA DA COMISSÃO

# Errar na sombra

Vera Lúcia Raposo, ex-docente da Universidade de Macau, alerta para a pouca transparência na comissão de perícia do erro médico. A falta de dados e informação em relação ao número de processos, ao que é decidido nas reuniões e aos critérios adoptados são algumas das críticas feitas pela académica

**A** comissão de perícia do erro médico é pouco transparente ao não divulgar dados relativos ao número de processos que tem em curso ou informações sobre as reuniões, que não são abertas ao público. Esta é uma das conclusões que Vera Lúcia Raposo, professora universitária, coloca no seu mais recente artigo, “Medical Liability in Macao” [A responsabilidade médica em Macau], que faz parte do livro “Medical Liability in Asia and Australasia”, coordenado em colaboração com Roy Beran, da Universidade de New South Wales, na Austrália.

“A lei cria um órgão que supostamente deveria ser muito útil, porque é multidisciplinar, e poderia auxiliar o tribunal. Mas na vida real ninguém sabe o que se passa nas reuniões. Não há qualquer transparência sobre o que se está a decidir e com que critérios”, frisou a HM.



Vera Lúcia Raposo, que foi docente na Universidade de Macau e que actualmente é professora na Universidade de Coimbra, diz que pediu informações a colegas que dominam a língua chinesa, que também não tiveram sucesso. Também não foi possível aceder a dados online.

“Qualquer académico lamenta quando não tem

material de estudo que seja de fácil acesso. Não estão em causa dados pessoais. Esta matéria deveria ser sujeita a escrutínio do público”, acrescentou.

### Apontar o dedo

Outro dos pontos destacados por Vera Lúcia Raposo prende-se com o sistema de notificação dos efeitos adversos, ou

seja, de erros, falhas ou outro tipo de ocorrências, por parte dos profissionais de saúde. “Fazendo uma interpretação da lei, parece que [estes] são obrigados a reportar incidentes que se tenham passado consigo ou com colegas. Mas pessoas com responsabilidade no sector da saúde disseram-me que as coisas não se

passam bem assim, mas nunca me explicaram como é na prática.”

A autora alerta para a possibilidade da existência de um sistema à margem da legislação. “A lei diz que se os profissionais não reportarem [estas questões] podem ser sancionados. Se não estão a ser, óptimo, porque não é suposto que sejam, mas não é isso que resulta da lei.”

Para Vera Lúcia Raposo, seria importante abandonar este modelo “bastante semelhante ao que é usado na China”, que se baseia na crítica e não na busca de soluções.

“Qualquer académico lamenta quando não tem material de estudo que seja de fácil acesso. Não estão em causa dados pessoais. Esta matéria deveria ser sujeita a escrutínio do público.”

VERA LÚCIA RAPOSO  
ACADÉMICA

“Apontar o dedo e sancionar não deve ser o modus operandi nestas actividades onde a vida das pessoas está em risco. Deve-se evitar os erros e aprender com eles”, rematou. ■ **Andreia Sofia Silva**

## SAÚDE MENTAL LARES TÊM VAGAS SUFICIENTES, DIZ INSTITUTO DE ACÇÃO SOCIAL

**M**ACAU dispõe de vagas suficientes para portadores de deficiência mental que necessitam de apoio. A garantia foi dada pelo presidente do Instituto de Acção Social (IAS), Hon Wai, em resposta a interpelação de Ella Lei. “Até finais de Setembro registou-se um total de 396 pessoas com deficiência intelectual com idade igual ou superior a 45 anos, dos quais 136 de grau grave

e profundo. Actualmente, existem em Macau sete lares e oito centros de dia que podem acolher pessoas adultas com deficiência intelectual, com uma oferta de 638 vagas. Esse número permite satisfazer a procura das pessoas necessitadas, incluindo a das famílias com duplo envelhecimento.”

Além disso, o Executivo promete, “nos próximos anos”, criar “um

complexo de serviços para pessoas com deficiência intelectual e dois centros de dia, aumentando assim cerca de 90 vagas de lares e 350 vagas de serviços diurnos”.

O IAS está a dar resposta a famílias que necessitam de um lar que consiga prestar cuidados na velhice e também em matéria de deficiência mental. Esses apoios já são prestados em Seac Pai Van e Mong-Há.

Segundo Hon Wai, “são poucos os casos em que as pessoas portadoras de deficiência intelectual e os seus cuidadores têm necessidade de serviço de um lar”. Além disso, fica a promessa de desenvolver, na zona A dos novos aterros, e no mesmo edifício, um lar de reabilitação e de idosos, para que portadores de deficiência e cuidadores estejam juntos. ■

SERVIMOS COM QUALIDADE E PROFISSIONALISMO

Farmácia Lotus  
A sua Farmácia Comunitária

Lotus Pharmacy

100-102, Rua da Amizade, 300, 100-101, 413, Taipa, Macau 600 - Tel: 2863 5988 - www.lotuspharmacy.com

SUNCITY EMPREGADA DE SALA VIP DESMENTE COMUNICADO DA DSAL

# Um bonito quadro

Depois de a DSAL ter negado queixas de funcionários de salas VIP, uma trabalhadora do Grupo Suncity afirmou ter visitado as instalações dos serviços laborais, acompanhada por 40 colegas no dia anterior. Angela Leong afirmou que a SJM não irá, para já, fechar salas VIP

“NÃO percebo como é que a DSAL pode dizer que não recebeu queixas, depois de lá termos ido pedir ajuda. A forma como falaram pintaram um cenário de um mar de rosas”, afirmou ontem uma funcionária do Suncity Group, ao jornal All About Macau.

A trabalhadora contou que se dirigiu às instalações da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) na manhã de terça-



TIAGO ALCANTARA

de não terem recebido o salário de Novembro e por desconhcerem se estão numa situação de licença sem vencimento ou, efectivamente, despedidos.

Em resposta ao All About Macau sobre o desfasamento factual, a DSAL declarou que os “trabalhadores daquelas entidades”, a que se referiu no comunicado em que negou a existência de queixas, “não incluíam trabalhadores do Grupo Suncity”, sem acrescentar mais esclarecimentos.

## Esperar para ver

A Sociedade de Jogos de Macau (SJM) não vai, para já, não vai fazer alterações aos negócios das salas VIP que operam nos casinos da operadora.

“Para já, não acordámos com nenhum grupo de junkets que opera salas VIP para terminar colaborações, as relações contratuais que temos ainda não expiraram”, afirmou ontem Angela Leong, directora executiva da SJM, citada pelo canal chinês de televisão da TDM.

Porém, a empresária e deputada acrescentou que quando os contratos com junkets terminarem a colaboração será discutida, sem especificar quando terminam os contratos.

Angela Leong recordou ainda que nos últimos anos o mercado do jogo VIP mudou muito, com o segmento a diminuir no volume de receitas geral da indústria, perdendo lugar para o jogo de massas.

Sobre o caso de Alvin Chau, a deputada negou qualquer ligação entre o empresário detido e os negócios da SJM Resorts, e qualquer relação pessoal ou de trabalho. ■ João Luz e Nunu Wu

PUB.



ANÚNCIO

N.º 13/DCTNR/2021

### (Notificação da revogação de autorização de contratação de trabalhador não residente)

Considerando que não se revelou possível notificar os interessados, pessoalmente, por ofício ou telefone, nos termos do artigo 68.º e do n.º 2 do artigo 72.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 57/99/M, notifica-se dos actos administrativos os interessados abaixo mencionados:

浙商投資發展有限公司, proprietário do estabelecimento “ESTABELECIMENTO DE COMIDAS KAU DIM”, atendendo ao facto da suspensão da actividade comercial por período superior a dois meses, de acordo com os n.ºs 3 e 4 no artigo 5.º da Lei n.º 21/2009 (Lei da contratação de trabalhadores não residentes), através do Despacho n.º 27475/IMO/DSAL/2021, foi revogada a autorização de contratação de 41 trabalhadores não residentes não especializados, concedida pelo Despacho n.º 05586/IMO/DSAL/2020 e a autorização de contratação de 1 trabalhador não residente não especializado, concedida pelo Despacho n.º 09125/IMO/DSAL/2020.

Os interessados acima mencionados podem, nas horas de expediente, deslocar-se ao Departamento de Contratação de Trabalhadores Não Residentes da DSAL, sito na Avenida do Dr. Rodrigo Rodrigues n.ºs 614A-640, Edifício Long Cheng, 9.º andar, Macau, para levantamento da cópia do despacho, podendo ainda requerer, por escrito, a consulta do processo.

Nos termos dos artigos 145.º, 149.º e 155.º do Código do Procedimento Administrativo, os interessados podem, sobre a decisão acima referida, interpor:

a) Reclamação para o autor do acto, devendo ser apresentada no prazo de 15 (quinze) dias a contar do dia seguinte ao da publicação do presente anúncio;

b) Recurso hierárquico necessário para o Secretário para a Economia e Finanças, devendo ser apresentado no prazo de 30 (trinta) dias a contar do dia seguinte ao da publicação do presente anúncio.

Mais se informa que as decisões administrativas acima referidas não são susceptíveis de recurso contencioso.

7 de Dezembro de 2021.

O Director, da DSAL,  
Wong Chi Hong

-feira, acompanhada por cerca de 40 colegas que trabalham em salas VIP nos casinos StarWorld, Galaxy, MGM, City of Dreams e Studio City.

Na noite de quarta-feira, a DSAL emitiu um comunicado, em resposta aos insistentes pedidos da comunicação social sobre a situação laboral dos trabalhadores das salas VIP: “Até ao momento, a DSAL não recebeu qualquer pedido de assistência por parte de trabalhadores daquelas entidades. A DSAL continuará atenta à situação laboral dos residentes locais. Caso um trabalhador do sector do jogo entenda que os seus interesses foram lesados, pode apresentar a questão à DSAL, que acompanhará o caso nos termos da lei, salvaguardando os direitos laborais legítimos dos trabalhadores”.

O comunicado deixou a funcionária incrédula. “Como é óbvio, nós queixámo-nos no dia anterior, mas, segundo a DSAL, parece que está tudo bem.”

O motivo que levou quatro dezenas de empregados do Grupo Suncity às instalações da DSAL prendeu-se com o facto

## História típica

■ Burlada em quase meio milhão em esquema de venda de telemóveis

A oportunidade de comprar telemóveis a preço de saldo para revender no Interior foi o “isco” que resultou numa burla de 452 mil patacas. Na quarta-feira, as autoridades detiveram um residente de Macau, com 31 anos, quando tentava atravessar o posto fronteiriço de Qingmao por suspeita de ter burlado uma mulher oriunda do Interior da China num esquema de revenda de telemóveis.

Depois de se fazer passar por empresário do ramo das importações e exportações, o homem enviou uma mensagem de WeChat à vítima a propor um negócio bom demais para ser verdade. Graças à amizade com o dono de uma loja de produtos electrónicos, o suspeito afirmou ter acesso a telemóveis a preço especial, conseguindo descontos de 500 patacas por cada aparelho, mais uma “tarifa de transporte” de 300 yuan por telemóvel para atravessar a fronteira.

A fase seguinte do engodo foi referir à vítima que o preço especial só seria possível se esta comprasse, pelo menos, 300 telemóveis, um investimento que ao preço prometido pelo suspeito chegaria a um montante superior a 2,7 milhões de patacas.

Como a burlada não tinha dinheiro para o negócio, e após alguma insistência do residente de Macau, a proposta baixou para a compra de 50 telemóveis, mantendo o suposto desconto. A

mulher aceitou e transferiu 384 mil yuan, equivalente a 452 mil patacas, para a conta do suspeito.

### Apreensão fantasma

Com todos os detalhes acertados, a vítima esperava pela entrega dos aparelhos. Em vez de telemóveis topo de gama, recebeu no dia 23 de Agosto uma mensagem de WeChat com a fotografia de uma nota de apreensão a indicar que alfândega de Macau havia apreendido todos os telemóveis. Depois disso, o suspeito ficou incontactável, segundo o relato da vítima reproduzido ontem pela Polícia Judiciária (PJ).

Mais de quatro meses depois, no sábado passado, a mulher apresentou queixa na PJ, que levou a detenção do suspeito. Já sob custódia das autoridades, o indivíduo confessou não ter acesso a telemóveis a preço especial. Além disso, o dinheiro depositado pela vítima foi todo gasto, entre jogo e pagamento de dívidas de jogo.

Quanto à nota de apreensão, as autoridades revelaram que o homem havia feito download de uma fotografia partilhada num grupo de WeChat dedicado a contrabando. Através de edição de imagem, o suspeito alterou os dados simulando uma nota de apreensão de 50 telemóveis, segundo a PJ. O indivíduo nega a tese das autoridades e a prática de falsificação de documento.

O caso vai ser entregue ao Ministério Público. ■ J.L. com N.W.

HOJE MACAU



## Concrete / Lotus TDM obriga a cancelamento de concertos

Os espectáculos da banda Concrete/Lotus agendados para a edição deste ano do festival da Lusofonia foram cancelados. Segundo uma nota publicada pelos membros da banda nas redes sociais, o cancelamento deve-se ao facto de a vocalista, Joana de Freitas, “ter sido, a partir de agora, impedida de participar em qualquer actividade musical (ou de outra qualquer área artística) pela empresa onde trabalha, que considera que esta participação denigra a imagem da empresa”. De frisar que, além de actuar na banda Concrete/Lotus, Joana de Freitas é jornalista do Canal Macau da TDM. Na mesma nota, o grupo pede desculpa ao público e aos fãs, bem como “ao Instituto Cultural, pelo seu contínuo apoio aos artistas locais”, sem esquecer a equipa de produção do festival. “Os Concrete/Lotus esperam voltar em breve no mesmo formato”, lê-se ainda. O festival da Lusofonia começa hoje e acontece até domingo na zona das Casas-museu da Taipa.

## Turismo Esperado novo impulso com viagens de casamento

Helena de Senna Fernandes, directora dos Serviços de Turismo, disse que as viagens de casamento podem dar um impulso ao sector do turismo no território. A responsável disse, segundo o jornal Ou Mun, que têm sido feitas acções de promoção neste âmbito em vários eventos destinados a promover o turismo de Macau. No entanto, Helena de Senna Fernandes referiu que no passado este nicho turístico não foi alvo de planeamento, algo que começou a mudar nos últimos anos.

## Finanças AMCM quer apostar na emissão de obrigações

Vong Sin Man, membro do conselho de administração da Autoridade Monetária e Cambial de Macau (AMCM), referiu, em declarações ao canal chinês da Rádio Macau, que as autoridades planeiam apostar na emissão de obrigações como pontapé de saída para o desenvolvimento do sector financeiro no território. “As instituições financeiras locais e dos países de língua portuguesa saem beneficiadas com uma maior selectividade de produtos [financeiros]. Talvez haja mais instituições dos países de língua portuguesa que queriam estabelecer sucursais ou fazer negócios através de Macau”, explicou. Vong Sin Man referiu também que, com uma maior acessibilidade de capitais, o território poderá mesmo atrair entidades financeiras de outros países.

## FRONTEIRAS / HK VACINAÇÃO PODE SER OBRIGATÓRIA PARA VIAGENS ENTRE REGIÕES

# Tão perto e tão longe

A vacinação poderá vir a ser um factor determinante para o alívio das restrições fronteiriças entre Macau e Hong Kong, mas até agora as autoridades não avançaram para uma alteração das medidas. Entra hoje em vigor um novo código de saúde na região vizinha que estará ligado ao de Macau

**A** toma da vacina contra a covid-19 deverá ser um critério fundamental para a redução das restrições de viagem entre Macau e Hong Kong. A garantia foi dada ontem por Leong Iek Hou, coordenadora do Centro de Coordenação e de Contingência do novo tipo de coronavírus.

“Para a abertura de fronteiras em relação a Hong Kong é exigida a vacinação. Para entrar em Macau temos medidas que exigem a vacinação”, disse. Recorde-se que Pequim já deu o aval para a possibilidade de viagens entre Hong Kong e o interior da China sem a realização de quarentena após 19 de Dezembro. No entanto, em Macau, fala-se na necessidade de medidas “consistentes” para avançar para uma alteração do actual cenário.

“Só quando houver orientações consistentes é que podemos abrir as fronteiras. Depois temos de considerar a questão das vagas [de entrada] e outras especificidades. Numa fase inicial, em Macau, queremos satisfazer as necessidades mais urgentes, como as visitas a familiares doentes”, frisou Leong Iek Hou.

Questionada com o facto de, inicialmente, o argumento base para a abertura de fronteiras sem restrições com Hong Kong ser a ocorrência de 14 dias sem novos casos de covid-19 na região vizinha, a coordenadora do Centro explicou que “sempre seguimos o mesmo princípio”.

Entradas no território sem a realização de quarentena “podem aumentar o risco” de Macau passar a ser considerada uma região de alto risco para a China, adiantou. “Há que haver uma uniformização entre as três regiões. As políticas adoptadas entre Macau e China face a Hong Kong têm de ser uniformes. Temos de



Leong Iek Hou “Para a abertura de fronteiras em relação a Hong Kong é exigida a vacinação. Para entrar em Macau temos medidas que exigem a vacinação.”

ter medidas consistentes para uma passagem transfronteiriça sem restrições com a China”, referiu.

### Códigos ligados

Entra hoje em vigor um novo código de saúde em Hong Kong, o qual estará ligado ao de Macau. “Hong Kong vai lançar um novo código de saúde esta sexta-feira e estamos ainda a fazer esse trabalho de ligação, para a troca de dados”, disse Leong Iek Hou.

Os residentes de Hong Kong que estejam a planear viajar para a China podem ter acesso a este novo código de saúde, fazendo o carregamento dos registos de viagem numa aplicação de telemóvel intitulada “Leave Home Safe”. Este sistema vai depois gerar um código QR que será aceite na fronteira com o continente.

Outra das novidades anunciadas ontem, é o facto de os hotéis Sheraton e Regency deixarem de receber pessoas em regime de quarentena já a partir dos dias 13 e 16 de Dezembro, respectivamente. Em relação à aplicação de telemóvel que regista o itinerário dos residentes, já foi descarregada por 80 mil cidadãos.

Sobre a toma da terceira dose de reforço da Pfizer/BionTech, as autoridades dizem seguir as recomendações da Organização Mundial de Saúde e da Comissão Nacional de Saúde da China. Segundo estas orientações, não está determinado que pessoas dos 18 aos 59 anos, que tenham sido vacinadas com esta vacina, devam receber uma terceira dose.

No entanto, tal “não significa que todas as pessoas que têm mais de 18 anos, e até aos 59, não possam receber a terceira dose. Quem tiver uma maior exposição ao exterior terá de a receber”, disse Leong Iek Hou.

Exemplo disso, são profissionais de saúde, trabalhadores dos serviços sociais ou que façam atendimento ao público, bem como motoristas de transporte de mercadorias ou pessoas que vivam em dormitórios, entre outras. “Há ainda pessoas que pretendem visitar locais de maior risco e recomendamos a tomada da terceira dose antes da sua partida”, rematou Leong Iek Hou. ■

Andreia Sofia Silva

PUB.



ANÚNCIO

N.º 14/DCTNR/2021

Considerando que não se revelou possível notificar os interessados, pessoalmente, por ofício ou telefone, nos termos do artigo 68.º e do n.º 2 do artigo 72.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 57/99/M, notifica-se dos actos administrativos os interessados abaixo mencionados, no n.º 3 do artigo 11.º da Lei n.º 21/2009 (Lei da contratação de trabalhadores não residentes), revogada a cláusula de renovação automática de autorização de contratação de trabalhadores domésticos não residentes autorizados dos seguintes indivíduos, ou seja, a referida autorização deixará de ser renovada automaticamente:

1. KWONG HANG CHUEN, n.º do despacho de autorização de contratação: 18751/IMO/GRH/2016;
2. CHAO SIN I, n.º do despacho de autorização de contratação: 10264/IMO/DSAL/2018;
3. MORAIS FERREIRA SIN LOI, ANGELINA, n.º do despacho de autorização de contratação: 17423/IMO/GRH/2016.

Os interessados acima mencionados podem, nas horas de expediente, deslocar-se ao Departamento de Contratação de Trabalhadores Não Residentes da DSAL, sito na Avenida do Dr. Rodrigo Rodrigues n.º 614A-640, Edifício Long Cheng, 9.º andar, Macau, para levantamento da cópia do despacho, podendo ainda requerer, por escrito, a consulta do processo.

Nos termos dos artigos 145.º, 149.º e 155.º do Código do Procedimento Administrativo, os interessados podem, sobre a decisão acima referida, interpor:

- a) Reclamação para o autor do acto, devendo ser apresentada no prazo de 15 (quinze) dias a contar do dia seguinte ao da publicação do presente anúncio;
- b) Recurso hierárquico necessário para o Secretário para a Economia e Finanças, devendo ser apresentado no prazo de 30 (trinta) dias a contar do dia seguinte ao da publicação do presente anúncio.

Mais se informa que as decisões administrativas acima referidas não são susceptíveis de recurso contencioso.

7 de Dezembro de 2021.

O Director, da DSAL,  
Wong Chi Hong

**GARCIA PEREIRA** AVOGADO ESPECIALISTA EM DIREITO LABORAL

# Visto à lupa

O HM convidou António Garcia Pereira, um dos maiores especialistas portugueses em direito laboral, a analisar o que se conhece sobre a futura proposta de lei sindical, que está em consulta pública. O jurista lamenta a ausência do direito à greve, alertando para a “notória” vontade do Governo em evitar conflitos no sector do jogo

**Esta proposta não contempla o direito à greve. Que comentários faz ao documento em consulta pública?**

Olho para ele com alguma desconfiança, porque a verdade é que o direito à greve é fundamental dos trabalhadores e é considerado, aliás, um corolário lógico e incontornável da liberdade sindical. Não se pode falar verdadeiramente de liberdade sindical, de constituição de associações que representam os interesses colectivos dos trabalhadores, se estes não dispuserem dos meios de luta adequados, tal como fazer greve. Um dos argumentos invocados é que ainda pode surgir um diploma legal autónomo a tratar a questão da greve. Mas a verdade é que a lógica seria de, na lei sindical, ser consagrado e regulado o exercício desse direito. Não faz sentido nenhum que um diploma da lei sindical não tenha um capítulo dedicado ao direito à greve. Parecerá que os direitos que competem às associações sindicais são apenas aqueles que vêm enunciados neste diploma e não também um direito à greve. Acho estranho e indicativo de que poderá haver qualquer intenção de restringir esse direito, quando ele não é consagrado na sua plenitude.

**O documento de consulta propõe uma classificação de sindicatos em sectores e profissões. Há quem defenda que isso acaba por excluir algumas classes laborais. O que acha neste ponto?**

Do que conheço da Lei Básica e das convenções internacionais, essa lógica de classificação, limitando determinadas profissões, está em completa contradição legal com o princípio da liberdade sindical e de negociação colectiva consagrado no artigo 27 da Lei Básica ou nas convenções da Organização Internacional do Tra-

balho (OIT). A nossa Constituição [portuguesa] admite limitações de alguns direitos, como o de dispersão, reunião, manifestação ou associação aos militares e agentes militarizados permanentes em serviço efectivo e aos agentes dos serviços e forças de segurança. É uma solução cuja constitucionalidade me merece reservas, [pois] admite que haja a não admissão do direito à greve, mesmo quando haja o direito de liberdade sindical. Mas isso tem por detrás a ideia de restrições relativamente a pessoas que exercem funções de poderes de autoridade e soberania. Não tem nada a ver com trabalhadores que exercem actividade em serviços considerados básicos ou essenciais para o desenvolvimento da actividade social. A técnica da classificação acaba por se traduzir numa exclusão de categorias de trabalhadores, que é completamente contrária à liberdade sindical.

**“Os modelos económicos que se baseiam nesta lógica tendem a achar que só pode haver empresas estáveis e competitivas com trabalhadores instáveis e amedrontados.”**

**Relativamente a questões contratuais ou horários de trabalho, considera que a proposta poderia ir mais além, ou é também limitativa de direitos?**

A proposta é singularmente limitativa daquilo que as partes, numa convenção colectiva, podem estabelecer. A liberdade sindical e de negociação colectiva implica que o princípio geral seja o da possibi-

lidade de regular todas as matérias que dizem respeito às condições de trabalho e excluir apenas o objecto de negociação colectiva. Por razões clássicas, isso é feito assim relativamente a matérias que se poderiam considerar de regulação da actividade económica, ou algo semelhante. O acesso à actividade económica está excluído da negociação colectiva dado o carácter não corporativo do reconhecimento da liberdade sindical. Não garantir explicitamente que questões como os horários... a regulamentação do tempo de trabalho é hoje uma questão fundamental do regime de prestação de trabalho. Hoje está em cima da mesa a consagração do direito à desconexão, da impossibilidade de os empregadores contactarem os trabalhadores fora do horário de trabalho pela via das novas tecnologias. Estranho é que, de alguma forma, não se tenha seguido a consagração do princípio geral da liberdade de negociação e se tenham introduzido apenas como excepções as limitações desta liberdade. Em princípio é possível tabelar tudo, com a excepção destes pontos que referi há bocado.

**Macau tem uma economia muito dependente do jogo e há algumas associações focadas na defesa dos direitos destes trabalhadores. Parece-lhe que existe a intenção de evitar lutas laborais no sector do jogo?**

Parece-me notório o intuito do legislador de, no que são considerados os sectores sensíveis do ponto de vista económico, evitar a eclosão de conflitos. Chamaria a atenção para o facto de os conflitos não se evitarem através da sua proibição, pois eles vão lá estar na mesma. O que conduzirá é se, por ventura, essas lutas se intensificar, vai-se desenvolver à margem da lei. É um erro completo.

HOJE MACAU





### Que outras matérias nesta proposta lhe merecem comentários?

Há um aspecto também importante que é a necessidade de proteger a segurança do Estado, e cito a expressão “a harmonia e a estabilidade da sociedade de Macau”. A menção a estas necessidades, a propósito de uma lei laboral, parte de uma concepção autoritária das relações de trabalho, que são sociais, que devem ser encaradas com a maior das normalidades. Estas são relações sociais que, na sua raiz, são estruturalmente desequilibradas, pois há uma parte dominante e dominada. Penso que se está a perverter o que deve ser o direito do trabalho, mas isso não é algo completamente original ou fora do comum relativamente ao panorama europeu.

### Em que sentido?

Na altura da crise financeira em Portugal, as chamadas reformas laborais da “troika” assentaram na lógica de enfraquecimento ou mesmo destruição na vertente das relações colectivas de trabalho, e operava nas relações individuais de trabalho. Obviamente que a relação do patrão é muito mais forte do que a do trabalhador.

### Esta proposta tem alguns pontos positivos ou inovadores em matéria de Direito laboral?

É importante haver uma lei sindical. Mas essa lei tem de servir para consagrar direitos e não servir de pretexto para os restringir. Se o resultado da sua aprovação é o de excluir, no âmbito da acção e do apoio das estruturas sindicais, um número muito elevado de trabalhadores, ela será muito mais uma lei anti-sindical do que sindical. Se se concretizar aquilo para que este projecto aponta, milhares de trabalhadores vão ficar sem esta vertente das suas relações colectivas de trabalho. Poderemos estar perante o caso de hipocrisia legislativa, que é termos um direito que depois se esvazia completamente de conteúdo. Mas houve ainda outra coisa que me chamou a atenção.

### Qual foi?

A evocação do elevadíssimo número de conflitos laborais de que a Administração se vangloria de ter resolvido. Se a Administração conseguiu resolver conflitos laborais pela sua própria intervenção, reduzindo a situação de resolução por via judicial, que penso ser de sete por cento... este não é um argumento decisivo da salvaguarda dos direitos colectivos dos trabalhadores. O que pode significar é que a Administração tem um peso excessivo na regulação dos exercícios colectivos de trabalho.

### Ao longo dos anos, vários projectos de lei sindical foram apresenta-



HOJE MACAU

“É importante haver uma lei sindical. Mas essa lei tem de servir para consagrar direitos e não servir de pretexto para os restringir.”

“Parece-me notório o intuito do legislador de, no que são considerados os sectores sensíveis do ponto de vista económico, evitar a eclosão de conflitos.”

### dos por deputados e todos foram chumbados. Como olha para este atraso na legislação?

Os modelos económicos que se baseiam nesta lógica tendem a achar que só pode haver empresas estáveis e competitivas com trabalhadores instáveis e amedrontados. O que se está hoje a discutir num movimento internacional de agendas para a consagração de medidas que prevejam um trabalho digno são um desafio e um risco para o desenvolvimento da actividade económica, e são críticos dos defensores dos modelos económicos que se baseiam na utilização intensiva do trabalho barato e explorado até à medula. Os índices de produtividade das economias que seguem esse modelo estão longe de se comparar com aqueles que apostam nos factores de modernidade e produtividade. Esse discurso já mostrou a sua falência do ponto de vista do próprio resultado económico.

### A China e Hong Kong têm leis sindicais há algum tempo. Macau está, assim, atrasado nesta matéria, em termos comparativos?

Não conheço a actual legislação laboral na China. O que posso dizer é que, daquilo que se conhece e que é fonte inspiradora de muitos diplomas de Macau, que ainda é o Direito português, esta proposta, tal como está desenhada, está a larga distância do que se deve considerar uma legislação laboral moderna e progressiva. ■ **Andreia Sofia Silva**

**A** China deu luz verde a um tratamento com anticorpos contra a covid-19 desenvolvido no país, dois anos após o aparecimento da doença, numa altura em se registam novos surtos.

Num aviso publicado na quarta-feira, a Agência Nacional dos Medicamentos disse que concedeu “aprovação de emergência” para um tratamento chinês à base de anticorpos monoclonais.

Os anticorpos monoclonais ligam-se à proteína ‘spike’ do coronavírus, reduzindo a sua capacidade de entrar em células humanas. O tratamento, administrado por injeção, foi desenvolvido conjuntamente pela prestigiada Universidade Tsinghua, em Pequim, o Hospital No.º 3, em Shenzhen (sul), e a empresa Bii Biosciences.

Os ensaios clínicos mostram que o tratamento pode reduzir em 80 por cento as admissões hospitalares e o risco de morte em pacientes frágeis, segundo a Universidade de Tsinghua. De acordo com relatos da imprensa local, o tratamento tem sido utiliza-

COVID-19 APROVADO TRATAMENTO COM ANTICORPOS PRODUZIDO NO PAÍS

# Ordem para injectar



O tratamento, administrado por injeção, foi desenvolvido conjuntamente pela prestigiada Universidade Tsinghua, em Pequim, o Hospital No.º 3, em Shenzhen (sul), e a empresa Bii Biosciences

do em doentes infectados em surtos recentes.

A China reportou 83 novas infecções em todo o país nas últimas 24 horas.

O país asiático, onde a epidemia foi descoberta, no final de 2019, praticamente erradicou o contágio, recorrendo a medidas radicais: encerramento das fronteiras, controlo rigoroso das viagens e confinamentos estritos.

Apesar disso, o país tem vindo a sofrer surtos localizados nos últimos meses, embora com números muito inferiores aos de outros países. ■

PUB.

**Escola de Educação Continua**  
Seminário de Atualização de Conhecimentos para Guias Turísticos e Transferistas

Data de Realização	Horário	Observação
17 de Janeiro de 2022	0930 – 1300 (Chinês) 1430 – 1800 (Chinês)	1) Número máximo de alunos por turma: 30; a colocação dos alunos em cada turma será feita pelo IFTM. 2) Duração: incluindo aulas 3 horas e exame 0.5 hora. 3) Cada aula tem um tema diferente, visite nosso site para obter detalhes: 
18 de Janeiro de 2022	1430 – 1800 (Chinês)	
19 de Janeiro de 2022	0930 – 1300 (Chinês) 1430 – 1800 (Chinês)	
20 de Janeiro de 2022	1430 – 1800 (Inglês e Japonês) 1830 – 2200 (Chinês)	
21 de Janeiro de 2022	1430 – 1800 (Coreano e Tailandês)	
24 de Janeiro de 2022	1830 – 2200 (Chinês)	
25 de Janeiro de 2022	1430 – 1800 (Chinês)	

**Obs. :** 1. De acordo com o Regulamento Administrativo no. 42/2004, o cartão de guia turístico e de transferistas, bem como o respectivo registo, caduca no prazo de três anos se o seu titular, no decurso desse período, não frequentar nenhum dos seminários de actualização de conhecimentos a organizar pelo IFTM.

2. Só serão abertos os cursos que tiverem o número mínimo de inscrições.

**Destinatário:** Portador da licença de guia turístico e transferista  
**Data de inscrição :** 13 a 17 de Dezembro de 2021  
**Propinas :** MOP300 (possuidores de BIR de Macau)  
MOP390 (não-possuidores de BIR de Macau)  
**Documentos a submeter:** Todos os interessados deverão inscrever-se no Serviço de Assuntos Pedagógicos do IFTM (Mong-Há Campus) com original do documento de identificação e cartão de guia turístico ou de transferista.  
**Horário de funcionamento:** 0900 – 1300 e 1430 – 1900 (Segunda a Sexta Feira); excepto feriados  
**Tel:** 2856-1252

## PEQUIM CONDENADOS PAÍSES QUE BOICOTAM JOGOS OLÍMPICOS DE INVERNO



**A** República Popular da China disse ontem que os quatro países - Estados Unidos, Austrália, Reino Unido e Canadá - “vão pagar o preço” pelo anunciado boicote diplomático aos Jogos Olímpicos de Inverno de Pequim em 2022.

Os quatro países que vão enviar atletas sem acompanhamento de responsáveis oficiais “vão pagar o preço” da decisão que tomaram, considerou o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Pequim, Wang

Wenbin. Os Estados Unidos, a Austrália, o Reino Unido e o Canadá anunciaram, quarta-feira, o boicote diplomático à competição internacional.

“Os Estados Unidos, Austrália, Reino Unido e Canadá utilizaram o ‘palco olímpico’ com intenções de manipulação política. Isto é impopular e equivale ao isolamento. Eles vão inevitavelmente pagar o preço por esse mau movimento”, acrescentou Wang Wenbin.

O porta-voz diplomático afirmou ainda que Pequim

não vai enviar convites aos países “em questão”.

“Os Jogos Olímpicos de Inverno de Pequim vão ser um sucesso”, afirmou.

“O desporto nada tem que ver com a política. Os Jogos Olímpicos são uma grande reunião de atletas e de amantes do desporto e não um palco para os políticos darem espectáculo”, disse ainda o porta-voz.

Os Jogos Olímpicos de Inverno 2022 vão decorrer em Pequim a partir do próximo dia 4 de Fevereiro. ■

## Hong Kong Jimmy Lai condenado por participar em vigília

O magnata dos ‘media’ de Hong Kong Jimmy Lai e mais duas activistas pró-democracia foram ontem condenados pela participação numa vigília de homenagem às vítimas dos acontecimentos de Tiananmen, proibida pelas autoridades. Jimmy Lai, de 74 anos, proprietário do agora encerrado jornal pró-democracia Apple Daily, foi condenado pelo tribunal distrital por incitar e participar na manifestação, considerada ilegal, juntamente com a antiga jornalista Gwyneth Ho e a advogada de direitos humanos Chow Hang-tung, segundo a agência France-Press (AFP). Lai, Chow Hang-tung e Gwyneth Ho, que se tinham declarado inocentes, são os últimos a conhecer o veredicto.



entre oriente e ocidente  
GONÇALO M. TAVARES

FICÇÃO, ENSAIO, POESIA, FRAGMENTO, DIÁRIO

## Família, infância Legendas sem Fotografias (11)

# Doces, brinquedos e burros

### RECORDAÇÕES DE C.

Aqui estou, menino muito bem-comportado, ao pé de um bolo. Sempre percebi isso: tinha de estar todo direitinho para comer o bolo. Se me portasse mal, não comia. É estranho como coisas tão insignificantes nos podem marcar para sempre, não é? Não sou demasiado sério, mexo-me muito, mas isto marca. Todo a gente com esta idade gosta de doces. Mas eu quase não comia porque me portava mal. Uma injustiça-

### RECORDAÇÕES DE C.

Nesta fotografia estão brinquedos - um avião e uma bicicleta estranha. Parece que estou - aqui menino - preparado para tudo, não é? Para levantar voo ou para sair rápido dali. Estou bem equipado. Mas não é verdade. Nunca me senti preparado para tudo. Há muito tempo que não tenho nem bicicleta nem avião. Não sei onde os deixei. Não os devia ter perdido de vista. Agora sinto isso - que, se precisar de fugir não tenho avião nem bicicleta, nem trotineta, nada. E se for a pé demoro muito (risos). Gostava desta bicicleta. Era uma bicicleta cómica. Andava mal, mas fazia-me rir (risos).

### RECORDAÇÕES DE C.

Esta foto em cima de eu, menina, em cima de um burro é a que me dá mais saudades. Se fosse possível, antes de morrer, pediria para subir para cima de um burro e dizia-lhe: agora vai para onde quiseres. Por mim, está tudo bem. E ele ia. Os burros são grandes animais, bem resistentes, bem amigos, bem espertos. Claro que, mais tarde, quando se tem dezoito anos, se pensa apenas em príncipes e princesas a cavalo, mas já não tenho idade para essas tontices. Para mim, ir de burro até à minha campa estava muito bem. Gosto muito desta imagem. Eu em cima do burro, com talvez sete, oito anos. Era pequenina, mas já sabia o que queria. É bom isso, não é?

a partir da Natureza Fantasma de Marco Martins e Companhia Maior



TEMPO POUCO NUBLADO MIN 17 MAX 23 HUM 50-90% UV 4 (MODERADO) • EURO 9.08 BAHT 0.23 YUAN 1.26

# S U D O K U

		8	4	9	5	7	2		
				8	6				
6				5	4				8
9									4
3	4	7		1	2		5	9	0
5	9	4		0	7		6	8	2
1									7
8				4	0				1
				7	1				
		0	1	2	9	4	3		

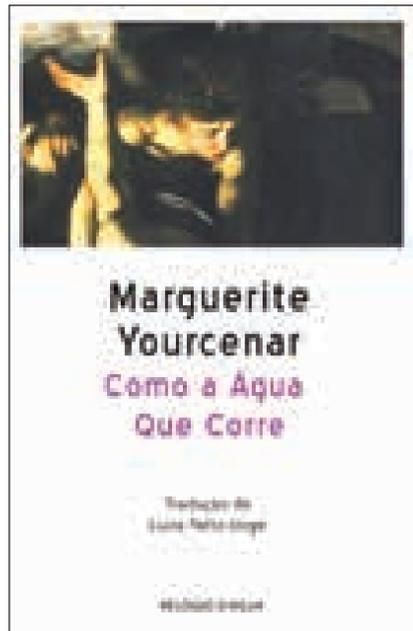
PROBLEMA 50

3	1	8	0	2	9	6	4	5	7
5	7	9	8	0	1	3	2	4	6
2	4	6	9	7	8	0	1	3	5
6	5	1	2	3	7	9	0	8	4
4	3	0	5	1	2	8	7	6	9
7	8	4	3	6	5	1	9	0	2
9	6	7	4	5	0	2	3	1	8
1	9	5	6	4	3	7	8	2	0
0	2	3	7	8	4	5	6	9	1
8	0	2	1	9	6	4	5	7	3

SOLUÇÃO DO PROBLEMA 49

## UM LIVRO HOJE

COMO A ÁGUA QUE CORRE | MARGUERITE YOURCENAR



“Como a Água que Corre” é a soma de três histórias de Marguerite Yourcenar, atravessando três séculos desde o final da Idade Média. O primeiro texto, “Anna, Soror”, vive da tensão incestuosa entre dois irmãos, num contexto de misticismo e híper religiosidade. Desde as primeiras páginas, seguindo o curso de tragédias e maldições, das mil preces em mil igrejas, do recolhimento em oração, palpitam desejos indizíveis, irrealizáveis entre dois irmãos da nobreza napolitana. “Um Homem Obscuro” lança Natanael numa jornada que retrata o século XVII pelos olhos inocentes de um aventureiro accidental. Finalmente, “Uma Bela Manhã”, o personagem principal é o filho de Natanael. Leitura que flui como um riacho. ■ João Luz

## CINETEATRO C I N E M A

**SALA 1 ANITA [C]**  
(FALADO EM CANTONESE LEGENDADO EM CHINÊS E INGLÊS)  
Um filme de: Longman Leung  
Com: Louise Wong, Lau Chun Him, Fish Liew, Louis Koo, Lam Ka Tung  
14.15, 19.00

**SALA 2 FATE / GRAND ORDER - FINAL SINGULARITY GRAND TEMPLE OF TIME: SOLOMON [B]**  
(FALADO EM CANTONESE)  
Um filme de: Toshitumi Akai  
14.30, 16.30, 21.30

**SALA 3 QUEENPINS [C]**  
Um filme de: Aron Gaudet, Gita Pullapilly  
Com: Kristen Bell, Kirby Howell-Baptiste, Vince Vaughn, Paul Walker Hauser  
14.30, 16.30, 21.30

**CLIFFORD THE BIG RED DOG [B]**  
Um filme de: Walter Becker  
Com: Jack Whitehall, Darby Camp, Tony Hale, Sienna Guillory  
14.30, 16.30, 19.30

**SHOWBIZ SPY [B]**  
(FALADO EM CANTONESE LEGENDADO EM CHINÊS E INGLÊS)  
Um filme de: Keian Chui  
Com: Anson Lo@Mirror, Chole So, Summer Chan, Heidi Lee, Alina Lee  
19.30



CLIFFORD THE BIG RED DOG

hoje macau  
www.hojemacau.com.mo

**Propriedade** Fábrica de Notícias, Lda **Director** Carlos Morais José **Editores** João Luz, José C. Mendes **Redacção** Andreia Sofia Silva; João Santos Filipe; Pedro Arede, Nunu Wu **Colaboradores** Anabela Canas; António Cabrita; António de Castro Caeiro; Ana Jacinto Nunes; Amélia Vieira; Duarte Drummond Braga; Emanuel Carneira; Gonçalo M. Tavares; Gonçalo Waddington; Inês Oliveira; João Paulo Cotrim; José Simões Morais; Julie Oyang; Luis Carmelo; Nuno Miguel Guedes; Paulo José Miranda; Paulo Maia e Carmo; Rosa Coutinho Cabral; Rui Cascais; Sérgio Fonseca; Teresa Sobral; Valério Romão **Colunistas** André Namora; David Chan; João Romão; Olavo Rasquinho; Paul Chan Wai Chi; Paula Bicho; Tânia dos Santos **Grafismo** Paulo Borges, Rómulo Santos **Agências** Lusa; Xinhua **Fotografia** Hoje Macau; Lusa; GCS; Xinhua **Secretária de redacção e Publicidade** Madalena da Silva (publicidade@hojemacau.com.mo) **Assistente de marketing** Vincent Vong **Impressão** Tipografia Welfare **Morada** Pátio da Sé, n.º22, Edf. Tak Fok, R/C-B, Macau; **Telefone** 28752401 Fax 28752405; **e-mail** info@hojemacau.com.mo; **Sítio** www.hojemacau.com.mo

PUB.

**MONTEPIO GERAL DE MACAU**  
**ASSEMBLEIA GERAL**  
**CONVOCATÓRIA**

Nos termos do Artº 34º, nº 1, al. a) dos Estatutos em vigor, convoco a Assembleia Geral Ordinária para reunir na sua Sede, sita na Avenida Doutor Mário Soares, nº 25, 3º andar (4º piso) do Edifício “Montepio”, no próximo dia 28 de Dezembro de 2021, pelas 17H15, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1º - Discussão e aprovação do Orçamento do Montepio Geral de Macau para 2022;
- 2º - Eleição dos Órgãos Associativos do Montepio para o triénio 2022-2024; e
- 3º - Outros assuntos de interesse da Associação.

No caso de não comparecer nesse dia e hora indicados, o número de associados mencionado no nº 1 do Artº 36º, considera-se desde já convocada nova reunião, que se realizará nos termos do seu nº 2 no mesmo local decorrida uma hora, com qualquer número de associados.

Montepio Geral de Macau, aos 18 de Novembro de 2021.

A Presidente da Assembleia Geral,  
Rita Botelhos dos Santos

**NOTIFICAÇÃO**  
N.º 12/DCTNR/2021

Considerando que não se revelou possível contactar os interessados pessoalmente, por ofício, telefone ou outras formas, nos termos dos n.ºs 2 do artigo 72.º e 93.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 57/99/M, notifica-se os indivíduos abaixo mencionados, para no prazo de 15 dias, a contar do dia seguinte da data da emissão do presente anúncio, comparecer no Departamento de Contratação de Trabalhadores Não Residentes, sito na Avenida do Dr. Rodrigo Rodrigues n.ºs 614A-640, Edifício Long Cheng, 9.º andar, em Macau, para tratar de assuntos do seu interesse e relacionados com autorização da contratação de trabalhadores não residentes, caso contrário a autorização será cancelada:

1. CHAN NGA MAN, proprietário do estabelecimento “南洋巴打”
2. 富驛地產投資有限公司.

Os indivíduos acima mencionados devem deslocar-se, durante as horas de expediente, ao endereço acima mencionado, para levantamento do ofício da audiência prévia, podendo ainda requerer, por escrito, a consulta do processo. Decorrido o prazo acima referido, sem que seja apresentada a defesa por escrito, é considerada como efectivamente feita a audiência acima referida.

7 de Dezembro de 2021.

O Director da DSAL,  
Wong Chi Hong

confeitaria

João Romão

# O DESERTO DE ARIAKE



Na realidade, não parece haver pessoas para estas micro-cidades do futuro que vão emergindo na grande metrópole de Tóquio. Os tais negócios que se espera que funcionem sempre permanecem em contínuo adiamento, sempre em saldos, para facilitar a vida a visitantes ocasionais

**VOLTEI RECENTEMENTE** a Tóquio, mais de um ano depois da última visita. Começava 2020, despontavam os primeiros casos de covid-19, soavam os alarmes e impunham-se severas restrições na vizinha China mas ainda não se sabia o que estava para vir, nem por aqui, nem pelo resto do mundo. Entrava-se nos preparativos finais para os Jogos Olímpicos de Tóquio, em particular nas zonas de Odaiba e Ariake, na baía da cidade, uma área em plena renovação pós-industrial ou de terrenos recentemente conquistados ao mar, onde novas centralidades urbanas eventualmente irão emergir, com o necessário impulso olímpico. Aqui ficaram a aldeia olímpica que alojou participantes nos Jogos, o Parque Marítimo para desportos aquáticos, o parque dos desportos urbanos (como o skate), a Arena para o voleibol, o coliseu para o ténis ou o centro de ginástica que há de tornar-se centro de exposições.

Nesses inícios de 2020 - e até antes - grandes transformações eram já visíveis na cidade que havia de acolher participantes e entusiastas dos Jogos, uma esperada renovação suportada também pelo entusiasmo turístico aqui não tem parado de crescer na última década: renovadas estações de metro e comboio (que por aqui frequentemente incluem um ou mais centros comerciais), novas áreas envolventes e acessibilidades (cada vez mais facilitadoras da circulação a pé ou em bicicleta e das transições entre diferentes modos de transporte), mais informação em língua estrangeira (até então um pesadelo para turistas a ter que lidar em japonês com uma complexa rede de intrincadas linhas de transportes diversos numa cidade gigantesca) - e também novas torres de habitação e escritórios, serviços, restauração e hotéis

vários, enfim, uma profunda reorganização e modernização da maior área metropolitana do mundo - que, ainda assim, está a perder população (e prevê-se que continue).

Costuma dizer-se que em Tóquio qualquer negócio funciona: os mais de 35 milhões de habitantes da metrópole garantem mercado para viabilizar todas os investimentos. Não parecia ser o caso, no entanto, nos meses que antecederam os Jogos Olímpicos. Em anterior visita à cidade, ainda em 2019, procurei na internet restaurante de bom peixe e arejadas vistas sobre a cidade. Encontrei um no alto de torre muito recentemente construída na zona de Shiodome, magnífico na sua moderníssima arquitectura interior e nas envolventes a proteger e promover o trânsito pedonal, sempre em conexão fácil com a rede de transportes públicos. Salão de tectos altos, paredes de vidro, amplas vistas sobre a noite de Tóquio, esmerado serviço e comida a fazer justiça à melhor tradição japonesa, país onde não é fácil encontrar onde se coma mal. O restaurante, manifestamente à espera de melhores tempos olímpicos, oferecia descontos de 60 por cento em relação aos preços alegadamente habituais, o que naturalmente facilitou bastante a visita.

No entanto, os Jogos haviam de ser adiados, primeiro, e condenados a uma versão limitada, um ano depois, sem espectadores que usufruíssem das novas maravilhas da cidade e com a imprensa obrigada a isolamento na aldeia olímpica, sem poder testemunhar e divulgar as transformações visíveis em várias zonas da metrópole. Foi numa delas, aliás, que me instalei para esta recente visita a Tóquio: em Ariake, coração dos Jogos, mesmo em frente ao Coliseu onde se disputaram as provas de ténis, com vista para as obras de desmantelamento do parque de desportos

urbanos e próximo também do ex-centro-de-ginástica-futuro-centro-de-exposições.

Fiquei num hotel novíssimo, aberto há um ano, naquilo que seria mesmo a tempo da abertura dos Jogos Olímpicos. Edifício bonito, funcional e confortável, com serviço exemplar, ligação directa a um centro comercial e a um simpático jardim, e preços bastante moderados, incomparáveis com o que é habitual em Tóquio. Tudo nesta área tresanda a conforto e modernidade: duas linhas de monorail a fazer a ligação ao resto da cidade, amplas avenidas, largos passeios, omnipresentes ciclovias, abundantes espaços verdes - toda a arquitectura, nos edifícios e nas ruas, reflecte uma certa ideia de futuro, de leveza, de relação mais equilibrada com o ambiente. E, no entanto, tudo é deserto: mesmo em hora de ponta muito pouca gente utiliza os monorails, não há congestionamentos nas estações dos transportes públicos (e muito menos nas estradas, onde são raros os automóveis particulares), não circulam bicicletas nos quilómetros de ciclovias disponíveis.

Na realidade, não parece haver pessoas para estas micro-cidades do futuro que vão emergindo na grande metrópole de Tóquio. Os tais negócios que se espera que funcionem sempre permanecem em contínuo adiamento, sempre em saldos, para facilitar a vida a visitantes ocasionais, como eu, mas sem grande contributo para a qualidade de vida dos residentes, que não encontram nestas novas áreas de desenvolvimento recente razões que justifiquem a deslocação. Não voltei ao tal magnífico restaurante de bom peixe e boas vistas mas pode ver-se na respectiva página na internet que os tais preços de saldo continuam, dois anos depois - tornaram-se os preços normais, afinal. A metrópole é enorme

e qualquer movimento custa tempo e dinheiro, requer motivação plausível, praticamente inexistente nestes novos sítios sem gente nem história, com episódicas atrações (como as extraordinárias instalações multimedia que se podem visitar em Ariake), que na melhor das hipóteses justificam uma deslocação esporádica mas que estão muito longe de se tornar espaços de presença regular.

Se a expectativa em redor da promoção internacional associada a um evento internacional de alta exposição mediática parecia justificar o frenesim intenso de construção e renovação da cidade antes dos Jogos, já a modesta realidade imposta pelas restrições associadas à pandemia de covid-19 parecia justificar cautelas futuras, que afinal não se verificam: na realidade, guias gigantescas continuam a marcar a paisagem da metrópole de Tóquio, com outras novas torres de arquitectura e envolventes moderníssimas a emergir em diferentes locais - e em particular na zona de Toranomon, onde se concentra largo número de edifícios oficiais. Apesar da abundância desta oferta de serviços e habitação para uma população em declínio, os preços das casas não dão sinais de descida (ao contrário do que se passa nos novos hotéis e restaurantes). A expansão de novas e belas áreas urbanas, bem equipadas mas quase desertas, contrasta com os massivos movimentos diários da população jovem para as várias periferias onde se foram reinstalando as grandes universidades quando as necessidades de expansão deixaram de ser compatíveis com a exiguidade dos espaços disponíveis no centro. Fazem-se cidades modernas com mais conforto e infraestruturas mais compatíveis com a protecção do ambiente, mas não se faz cidade sem história nem pessoas. ■



央视体育  
CCTV SPORTS



CTA FINALS  
TOUR 800 & 1000

澳娛綜合  
SJM

# 2021 CTA Tour SJM Professional Finals (Macau) & National Tennis Championships

6/12 - 12/12



澳娛綜合度假股份有限公司  
SJM RESORTS, S.A.